



VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA ESCOLA: ANÁLISE DE NARRATIVAS DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

FONSECA, Erisson Jordan Ferreira¹
SANTOS, Tatiely Almeida²
FERREIRA, Isabel Lopes Fonseca³

Grupo de Trabalho (GT): Pedagogia, Educação e seus Fundamentos (Filosóficos, Sociológicos, Antropológicos e Psicológicos)

RESUMO

A escola é um espaço exclusivo de emancipação? A pesquisa emerge da inquietação acerca discursos docentes aparentemente banais que discriminam, julgam capacidades pela origem social, naturalizam hierarquias e infligem traumas pedagógicos. Assim, este estudo investiga a violência simbólica no contexto escolar, analisando-a como mecanismo estrutural de reprodução de desigualdades sociais e culturais, a partir de narrativas autobiográficas de estudantes do curso de Pedagogia. Utiliza-se metodologia de caráter qualitativo mediante Análise Textual Discursiva (ATD), com aporte teórico de Bourdieu (1989), Rosenthal e Jacobson (1968), dentre outros. O estudo revela que a violência simbólica não é um desvio pontual, mas um fenômeno sistêmico enraizado no sistema educacional. Sua superação exige, fundamentalmente, uma formação docente crítica que rompa com preconceitos e favoreça a construção de uma educação equânime.

Palavras-chave: Violência simbólica; Narrativas; Reprodução Social; Educação Dualista.

INTRODUÇÃO

A escola é frequentemente idealizada como instrumento de emancipação social, mas também é palco de reproduções de violência e desigualdade de forma velada. Na perspectiva crítica de Bourdieu (1982), a educação pode funcionar como um aparelho de reprodução social, impondo arbitrariamente valores culturais de uma classe sobre outra. Essa imposição ocorre não por agressão física direta, mas por meio de usos da linguagem, regras e expectativas que naturalizam hierarquias, o que Bourdieu (1989) chama de *violência simbólica*. Na prática cotidiana, essa violência pode se manifestar em “pedagogias do incentivo” que, disfarçados de aparente preocupação, carregam preconceitos de classe, raça ou gênero.

A análise de narrativas de estudantes de Pedagogia, dados gerados para pesquisa de mestrado, revelou manifestações de violência simbólica sofridas na sala de aula. Deste modo, essa percepção configurou o desenvolvimento deste trabalho. Foi feito o recorte de dois relatos que ecoam a noção de “profecia auto-realizável” (Rosenthal; Jacobson,

¹ Instituição: Universidade Federal de Alagoas/UFAL. E-mail: erisson.fonseca@arapiraca.ufal.br.

² Instituição: Universidade Federal de Alagoas/UFAL. E-mail: tatielly.santos@arapiraca.ufal.br.

³ Instituição: Instituto Federal de Alagoas/IFAL. E-mail: isabel.ferreira@arapiraca.ufal.br





1968), onde a expectativa negativa do professor molda comportamentos e resultados dos alunos. Por meio de falas pedagógicas violentas, os saberes oficiais são apresentados como neutros e universais, enquanto diferenças de classe ou origem são culturalmente marcadas como deficiências. Como aponta Souza (2017), a violência simbólica, dentro da perspectiva bourdieusiana, estrutura a ação pedagógica de modo a impor arbitrariamente a cultura de um grupo de classe sobre outro, “com a interiorização da cultura dominante” (Souza, 2017, p. 21).

Considera-se a necessidade urgente de discutir criticamente práticas educacionais dualistas que incluem alguns em detrimento de outros, que rotula, discrimina e limita possibilidades por descaso ou julgamentos infundados. A premissa é que as narrativas analisadas não são casos isolados, mas indicadores de processos estruturais. Espera-se demonstrar que a violência simbólica na escola é um fenômeno sistêmico e resistente. Deste modo, a discussão soa como estratégia para a sensibilização para que se desnaturalize as hierarquias incorporadas por docentes.

Estruturou-se o trabalho com a apresentação do objetivo, a fundamentação teórica, os procedimentos metodológicos, a discussões de resultados e considerações finais.

OBJETIVO

O objetivo desse estudo é investigar a violência simbólica no contexto escolar, analisando-a como mecanismo estrutural de reprodução de desigualdades sociais e culturais, a partir de narrativas autobiográficas de estudantes do curso de Pedagogia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A violência simbólica nos ditames de Bourdieu (1989), é entendida como uma imposição sutil de valores e hierarquias dominantes sem que elas sejam percebidas, que não atua pela força física, mas pela internalização inconsciente de estruturas simbólicas – linguagem, normas culturais, sistemas classificatórios – e legitima a ordem social vigente como algo inevitável e autoevidente.

Neste contexto, a educação, a mídia e as instituições estatais atuam como vetores centrais dessa violência, ao erigirem determinados saberes, práticas culturais e normas





linguísticas como universais e superiores, desqualificando alternativas simbólicas de grupos subalternos. Um exemplo, seria naturalizar a supremacia do conhecimento eurocêntrico, em detrimento a cultura não-europeia.

Essa teoria bourdieusiana conecta-se uma das ideias defendidas por Althusser (1985), Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs), em que os professores, muitas vezes inconscientemente, atuam como “funcionários” desse aparelho ideológico, reproduzindo o discurso do *status quo*. Nesse contexto, falas negativas são banalizadas, o que remete à reflexão de Arendt (1963), que apresenta que o horror pode surgir de pessoas comuns que funcionam sem pensamento crítico, repetindo “sentenças prontas”. Analogamente, um professor que entoa ainda no início do ano para um aluno recém-chegado “esse não aprende nada” ou “esse está perdido”, ou ainda, “fulano é inteligente, mas esse não sabe nem porque está aqui” pode produzir efeitos desumanos, dilacerando o mundo afetivo do educando e corroendo sua autoestima. A linguagem pedagógica, quando impregnada de clichês e raciocínios ideológicos ocultos, torna-se instrumento de dominação moral, enfraquecendo a construção identitária dos alunos.

Sob outra ótica filosófica, a educação crítica (Freire, 1996) apresenta “ética da autonomia” como antídoto para essa violência. Freire (1996) destaca que a relação pedagógica deve basear-se no respeito à autonomia e à dignidade do educando, não como concessão, mas como imperativo ético. Isto significa que a autonomia não é concedida, mas construída na relação dialógica entre educador e educando.

Da perspectiva sociológica e antropológica, as raízes estruturais da violência na escolarização é um “fenômeno histórico e atual” (Souza, 2017, p. 21), configurando-se na instituição escolar brasileira desde a década de 1980 (Souza, 2017). A escola ritualiza humilhações por meio de hierarquizações do saber e do prestígio: provas, séries, passagens de ano e progressões de classe atuam como ritos de passagem que segregam “os aptos” dos “não-aptos”, legitimando o fracasso como escolha “natural” do indivíduo que não atende ao perfil disciplinado e autossuficiente.

Quando professores carregam, muitas vezes de forma quase imperceptível, crenças negativas sobre seus alunos, essas ideias refletem em pequenas decisões diárias — como simplificar demais as tarefas, oferecer comentários autoritários ou desmotivadores, ou favorecer alguns estudantes e outros não. Essas microdecisões acabam reforçando a profecia do fracasso, esperando pouco dos alunos, eles realmente





aprendem menos. Conforme alertam Rosenthal e Jacobson (1968), a redução do desempenho escolar de estudantes rotulados como “incapazes” não é fruto de limitações pessoais, mas sim de contextos relacionais contaminados por expectativas negativas.

Por outro lado, quando construímos salas de aula baseadas na confiança e no incentivo, tudo muda. Reconhecer o esforço com elogios sinceros, propor desafios graduais e celebrar cada conquista ajudam os alunos a descobrirem seu próprio potencial (Britto e Lomonaco, 1983).

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Esta pesquisa emprega uma abordagem qualitativa, cujo procedimento de geração e análise de dados é o narrativo. Conforme Mattar e Ramos (2021, p. 138), “a pesquisa narrativa procura compreender o significado da experiência vivida por ou para um ou alguns indivíduos”. Destarte, foi feito um recorte de narrativas coletadas em pesquisa de mestrado, que está em andamento, cuja geração de dados tem sido realizadas em três fases articuladas: I) Oficina com estudantes de pedagogia de uma universidade pública do Agreste alagoano, para a escrita de narrativas autobiográficas segundo Labov (1972), seguida da produção textual com liberdade multimodal; II) Escrita das narrativas pelos participantes e identificação temas emergentes; III) Grupos focais para discutir desafios da escrita reflexiva, com gravações em ambiente controlado.

Das fases supracitadas foram realizadas a primeira e a segunda, que ocasionou a coleta de catorze narrativas, das quais se utiliza duas neste trabalho, por apresentarem categorização temática a questão da violência simbólica.

Portanto, a partir do recorte, toma-se a narrativa de duas estudantes de Pedagogia que se nomeia, de maneira fictícia, como Eugênia e Doroteia. Os dados foram submetidos à Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes; Galiuzzi, 2016), que a posteriori revelaram potencial violência simbólica no contexto escolar, que este estudo toma como objeto de análise.

Destarte, são utilizadas partes destas narrativas e discutidas a partir do aporte teórico em duas perspectivas diferentes, mas que se complementam, a bourdieusiana, que denuncia a violência simbólica e perpetuação de desigualdades sociais pela escola; e





a de Rosenthal e Jacobson, que discutem a influência das expectativas dos professores sobre o desenvolvimento das aprendizagens pelos alunos.

RESULTADOS

Ao serem analisadas, as narrativas de Eugênia e Doroteia, identifica-se dois trechos que revelam Violência Simbólica: “No 1º ano do ensino médio chegou a falar que eu nunca seria nada na vida pois meus pais eram analfabetos e separados e já sabia o resultado que eu seria.” (Eugênia); “Estávamos em sala de aula quando o professor de matemática, após uma atividade, disse em voz alta que eu provavelmente não conseguiria passar de ano, já que eu não era tão boa na matéria.” (Doroteia).

A indução de que alguém está fadada ao fracasso por vir de uma família que não teve as condições necessárias para acessar e ser-lhe garantido o direito de se apropriar da escrita, ou de não ser boa o suficiente para passar de ano mediante a perspectiva de uma área isolada, apresenta imposição de padrões que são denunciados por Bourdieu (1989).

Além disso, a fala de Eugênia apresenta o que Rosenthal e Jacobson (1968) chamam de “profecia autorrealizável”. “A ‘profecia’ de que os alunos são candidatos ao fracasso cria, nos professores, uma expectativa negativa, que é transmitida, de forma inconsciente e não-intencional” (Soares, 1997, p. 34). Portanto, “...a expectativa que uma pessoa tem sobre o comportamento de outra acaba por se converter em realidade, porque a ‘profecia’ que a expectativa esconde exerce influência – não intencional e sutil – sobre o comportamento tanto de quem ‘profetiza’ quanto de quem é objeto da profecia” (Soares, 1997, p. 34).

Os relatos das estudantes revelam falas que são corriqueiras no interior das escolas e fora delas, que provocam feridas identitárias profundas, muitas vezes ao ouvirem “você não será nada”, os discentes internalizam uma profecia de impotência que fere a autoestima. Esse tipo de trauma pedagógico pode provocar desmotivação e até abandono escolar.

No entanto, as narrativas são de estudantes de Pedagogia que romperam ou foram além da “profecia”, apesar da dor da escuta observou-se o fenômeno da resiliência,





Doroteia, ao ouvir as palavras depreciativas na frente dos colegas “que provavelmente não conseguiria passar de ano, já que não era tão boa na matéria”, reagiu transformando a humilhação num combustível para alcançar resultados melhores. Essa resiliência evidencia a formação de contra-narrativas individuais: a ideia de “nunca desistir” é, em si, um ato político freiriano de resistência contra o determinismo simbolizado pela fala inicial.

Todavia, Rosenthal e Jacobson (1968) e Britto e Lomonaco (1983), relatam em seus estudos que crenças implantadas pelos professores têm força performativa, expectativas negativas reduzem o desempenho real dos alunos, enquanto um ambiente de suporte, elogios pontuais amplifica o desempenho deles. O reconhecimento de que o trauma é construído também abre espaço para seu processamento terapêutico, cada memória dolorosa pode tornar-se material para reflexão ética na formação de professores: “Aprendi que ensinar vai muito além de transmitir conteúdos, ser professora é ser ponte” (Doroteia).

Eugênia, em outro trecho de sua narrativa diz o seguinte: “comentei com outra professora [...] ela respondeu que tinha um futuro brilhante ao longo da minha vida, pois aquela frase não iria ser real que somos fortes e corajosas, para conquistar todos os nossos objetivos”. Assim, a outra docente agiu com uma contranarrativa, ao dizer “que (ela) tinha um futuro brilhante ao longo da vida” anulando a profecia negativa “que não seria nada”.

Falas como esta percorridas nos trechos apresentados revelam um fenômeno sistêmico de perpetuação de preconceito que favorece as desigualdades e privação de oportunidades. Assim, mediante este recorte busca-se inquietar os agentes da educação, principalmente os professores, a desnaturalizar linguagens e ações que são incorporadas nas escolas de maneira velada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência simbólica na escola, é uma característica profunda e estrutural do sistema educacional. As críticas tradicionais, focadas em indivíduos ou soluções rápidas, falham porque essa violência é invisível, parece natural e está internalizada até mesmo pelos professores. Para combatê-la, são necessárias estratégias radicais que





impulsionem o questionamento crítico das hierarquias e preconceitos que são naturalizados, e desconstrua-se as bases que sustentam essa violência.

Ao analisar as narrativas de Eugênia e Doroteia, percebeu-se o quanto doloroso foi para elas as falas dos docentes, no entanto buscaram ressignificá-las, pela contra-argumentação de outro docente ou internamente. Mas, a violência não foi anulada, visto que foi o miolo do relato das estudantes.

Portanto, o estudo é pertinente para que seja acionada a consciência crítica das ações realizadas nas escolas, que em vez de reproduzir desigualdades promovam a equidade e emancipação dos sujeitos.

AGRADECIMENTOS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL).

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BRITTO, V. M. V. de; LOMONACO, J. F. B. Expectativa do professor: implicações psicológicas e sociais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 3, n. 2, p. 59–79, 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98931983000100005>. Acesso: 17 Jul. 2025.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 55. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: LABOV, W. **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. **Metologia da Pesquisa em Educação: aborgagens qualitativas, quantitativas e mistas**. São Paulo: Edições 70, 2021.
- MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2016.
- ROSENTHAL, Robert; JACOBSON, Lenore. **Pygmalion in the classroom: teacher expectations and pupils' intellectual development**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escrita: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1997.





SOUZA, L. P. de. A violência simbólica na escola: contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 7, p. 20–34, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/labor/article/view/6703>. Acesso: 17 Jul. 2025.

